

Rota das emoções: paisagem cultural e turismo no Polo Costa do Delta¹

Emotions route: cultural landscape and tourism in the Polo Delta Coast

Vicente de Paula Censi Borges

Universidade Federal do Piauí, Brasil
vpborges@ufpi.edu.br
ORCID: 0000-0002-2291-2292

Resumo:

A política de turismo no Brasil, nos últimos 13 anos, foi baseada no objetivo de dinamizar a economia regionalmente através de atividades relacionadas ao turismo, utilizando, basicamente, recursos locais, identidade cultural e paisagem. Desta forma, entre os produtos gerados pela política implementada, destacam-se as novas rotas turísticas. Assim, este artigo trata da influência do turismo na região costeira do Piauí, que faz parte do principal produto turístico da região meio-norte, a Rota das Emoções. Portanto, com base numa metodologia qualitativa, a pesquisa incide na área que compreende os municípios de Parnaíba, Ilha Grande, Luís Correia e Cajueiro da Praia, que delimitam o território de estudo, denominado "Polo Turístico Costa do Delta". O presente trabalho tem como objetivo destacar o atual cenário de turismo na Rota das Emoções, apresentando influências na paisagem cultural do Polo Turístico da Costa Delta. Inquirida a população residente, os resultados apontam para um impacto negativo no ambiente natural, transformação no modo de vida local e novas perspectivas econômicas para a região costeira do Piauí, que explicam a modelagem das formas de relação entre os sujeitos com a natureza e espaço turístico.

Palavras-chave: Rota das Emoções; Polo Turístico Costa do Delta; Impactos do Turismo; Paisagem Cultural.

Abstract:

Brazilian tourism policy in the last 13 years has been based on the objective of dynamizing the economy regionally through activities related to tourism, using, basically, local resources, cultural identity and landscape. In this way, among the products generated by the policy implemented, the new tourist routes stand out. Thus, this article deals with the influence of tourism in the coastal region of the state of Piauí, Brazil, which is part of the main tourist product of the central north region, the Route of Emotions. Therefore, based on qualitative methodology, this research focuses on the section comprising the municipalities of Parnaíba, Ilha Grande, Luís Correia and Cajueiro da Praia, which delimit the territory under study which is called the Touristic Polo of the Delta Coast. The present work aims to highlight the current scenario of tourism in the Route of Emotions, presenting influences in the cultural landscape of the Touristic Polo of Delta Coast. Surveys of the resident population has generated results that point to a negative impact on the natural environment, transformations in the local way of life and new economic perspectives for the coastal region of Piauí, all of which explain the modeling of the relationships between the residents and the natural and touristic spaces.

Keywords: Route of Emotions; Touristic Polo of the Delta Coast; Tourism Impacts; Cultural Landscape.

Introdução

Cenário paradisíaco constituído por paisagens de diversificada atratividade aos olhares de quem circula pelo litoral do estado do Piauí, região meio norte do Brasil, o Polo Turístico Costa do Delta (Figura 1) congrega histórias e memórias refletidas no modo de vida e uso do território pelas populações locais, as quais interferem no ambiente e imprimem, como uma impressão digital, às modificações antrópicas que inserem-se na tríade que dinamiza e consti-

tui a paisagem cultural da região, ou seja, influenciadas pelas dinâmicas naturais do Rio Parnaíba e seus afluentes, população residente e pelo mar.

Se por um lado a região é dotada de uma beleza cênica singular sustentada pela natureza com ampla diversidade, atividades extrativistas das comunidades e manifestações culturais com diferentes influências, - sobretudo às com origem na cultura portuguesa - por outro enfrenta um contexto social e econômico que mostra-se antagônico à perpetuação da identidade do território, tendo em vista os problemas

¹ Neste artigo os autores atendem as regras ortográficas do português brasileiro.

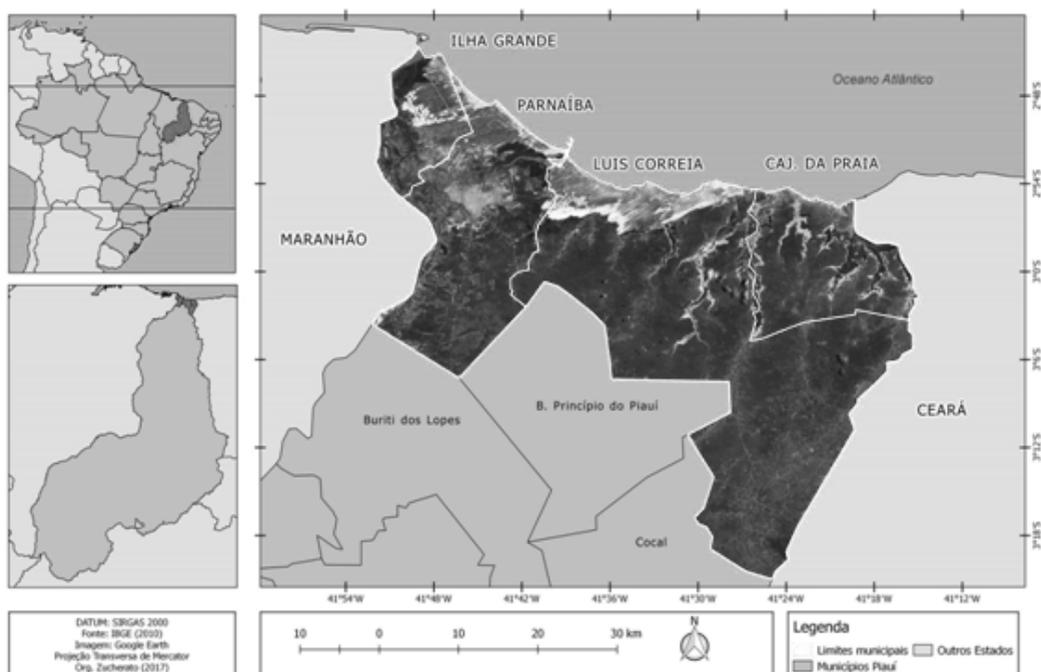


Figura 1
Mapa do Polo Costa do Delta
Fonte: Elaboração própria, 2017.

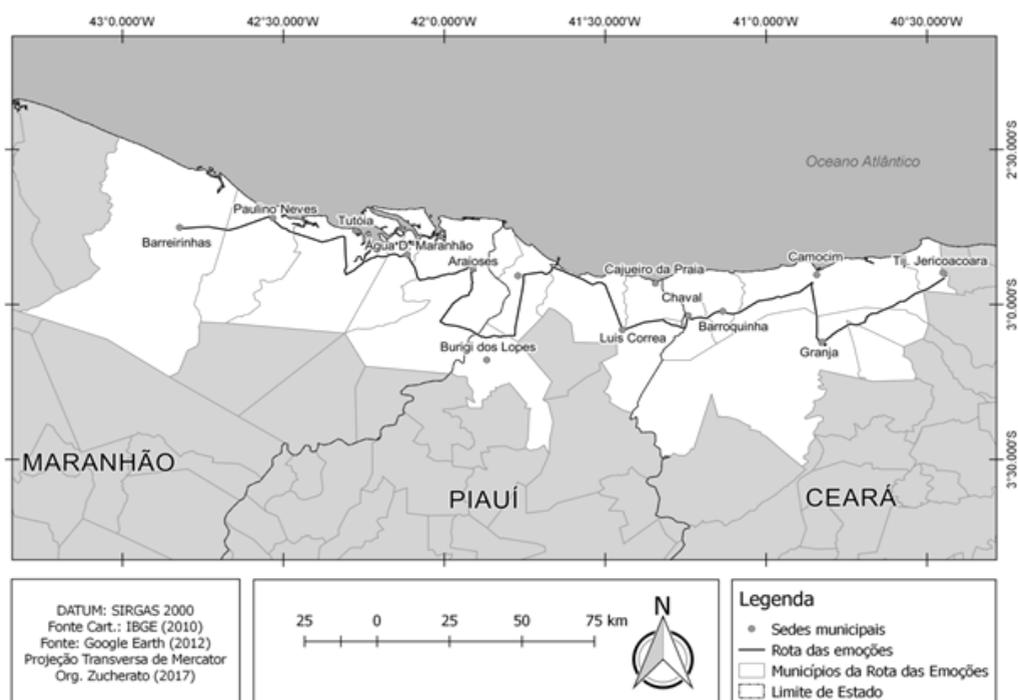


Figura 2
Rota das Emoções (CE, PI, MA)
Fonte: Elaboração própria, 2017.

ambientais, os interesses do capital externo, entre outros que condicionam o desenvolvimento regional.

Considerando que a paisagem cultural é, conforme O'Hare (1997), o ambiente modificado e interpretado pela mente humana, que o presente estudo objetiva destacar o atual cenário do turismo na Rota das Emoções, apresentando as influências na paisagem cultural do território de estudo Polo Turístico Costa do Delta. Para tanto, se faz primaz distinguir os diferentes ambientes que integram os cenários naturais e os que sofreram alguma interferência do ser humano.

A Rota das Emoções (Figura 2), produto turístico que agrega atrativos e outros elementos da oferta turística da região litorânea dos estados do Ceará, Piauí e Maranhão, mesmo mantendo a característica da descontinuidade territorial promovida pelos atrativos pontuais, tem como objetivo unificar, respeitando as diferenças entre os estados e municípios partícipes, o território abrangido pela rota turística.

Enfatiza-se que, na compreensão de Briedenmann e Wickens (2004 citado por Maia *et. al.*, 2011), a rota turística define-se pelo conjunto de atrações e atividades produzidas que estimulam a circulação de pessoas e mercadorias entre áreas distintas e servem de estímulo ao desenvolvimento econômico através do turismo.

Sendo assim, nos tópicos 3 e 4, como compreensões iniciais e resultados da pesquisa, aborda-se, de forma concisa, as regiões de planejamento territorial do estado do Piauí e, de maneira mais aprofundada, as paisagens culturais com ênfase na relação turismo e impactos ambientais, a compatibilidade ambiental e econômica da macrorregião do litoral piauiense e a aptidão para o desenvolvimento do turismo.

Metodologia da pesquisa: características e métodos de recolha e análise dos dados

A relação entre o ser humano, o ambiente e as atividades turísticas são amplamente descritas pela literatura científica. Os autores e pesquisadores², que já debruçaram-se sobre o tema, em sua maioria, reconhecem que as atividades direta e indiretamente ligadas ao turismo são potencialmente geradoras de benefícios assim como de impactos negativos. Desta forma, considerando que os impactos do turismo no ambiente constituem, em conjunto com outros elementos, a paisagem cultural do território deste

estudo, percebeu-se a existência de pouca informação sobre os impactos provenientes da implementação da Rota das Emoções, como produto turístico da região litorânea entre Maranhão e Ceará. Esta compreensão evoluiu para o questionamento motivador, estruturando-se da seguinte forma: Quais influências a Rota das Emoções impõem à paisagem cultural do litoral do Estado do Piauí?

Sendo assim, com base na questão de partida optou-se por adotar uma metodologia de investigação sustentada na análise qualitativa, na perspectiva de que havia fontes de informações não passíveis de quantificação (Lakatos e Marconi, 2007). Portanto, através de inquéritos por questionário aplicados a população residente, 384 indivíduos no total, entre os meses de setembro de 2015 e janeiro de 2016, os dados foram analisados, a partir de uma análise de conteúdo (Bardin, 2009) e descritiva representada pela frequência das respostas, objetivando a complementaridade das informações, além de dados estatísticos pré-existentes. Além dos instrumentos de recolha de dados e informações já explicitados, foram captados conteúdos significativos à pesquisa através de fontes primárias e secundárias, ou seja, através de material bibliográfico e documental.

Portanto, para fins de definição da amostragem, considerou-se como população residente pessoas com residência fixa nos municípios do território, abrangendo, além dos municípios, os gestores municipais (prefeitos e secretários de turismo), *experts* (professores da Universidade Federal do Piauí), empresários da hotelaria e restauração associados a Rota das Emoções, com idade entre 18 e 65 anos, constituindo um universo de pesquisa com a seguinte dimensão:

- a. Gestores Municipais, *experts* e empresários: N=113
- b. População residente: N=190.188 (dados do censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE)

Já a amostragem do universo da pesquisa caracteriza-se como aleatória simples, pois julga-se que todos os elementos tiveram a mesma probabilidade de serem selecionados. No entanto, em atenção a Santos (2016), o cálculo amostral fixou-se nos seguintes parâmetros:

- i. **Erro amostral:** considera-se a diferença entre o valor estimado pela pesquisa e o verdadeiro valor. Para esta pesquisa a margem de erro foi fixada em 5%.
- ii. **Nível de confiança:** é a probabilidade de que o erro amostral efetivo seja menor do que o erro amostral admitido pela pesquisa, sendo

² Swarbrooke (2000), Wearing e Neil (2000), Luchiarri (2000), Inskip (1987), Faulkner e Tidswell (1997), entre outros.

assim, com base na margem de erro, o nível de confiança é de 95%.

iii. **Percentuais máximo e mínimo:** não foram definidos, tendo em vista a falta de informação precisa que indicasse que os percentuais não passassem de um determinado valor.

Portanto, o cálculo da amostra do universo da pesquisa obedeceu a seguinte fórmula:

Onde:

n = amostra calculada

N = população

Z = variável normal padronizada pelo nível de confiança

e = erro amostral

p = verdadeira probabilidade do evento

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1 - p) + e^2 \cdot (N - 1)}$$

Portanto, obteve-se, a partir do cálculo com a fórmula acima descrita, uma amostra de 384 indivíduos, considerando o universo da pesquisa.

Paisagem, cultura e turismo: particularidades da região meio norte na rota das emoções³

Compreensões iniciais relevantes

O território do Polo Turístico Costa do Delta encontra-se num litoral entrecortado por rios e mar que, em conjunto a outros elementos, determinam a dinâmica do ambiente costeiro, definindo as paisagens ao longo dos 66 quilômetros de praias e dunas. Reconhecer a potencialidade turística local não é tarefa das mais difíceis, tendo em vista a riqueza de recursos e a beleza cênica do meio natural. Porém, outras condicionantes adicionam-se a esta percepção, como as manifestações culturais que evidenciam os modos de fazer e saber da população autóctone, transformando a paisagem através da simbiose entre sujeito e espaço. Neste sentido, “a paisagem vai, portanto, muito além do real oferecido pela natureza, embora ela também o incorpore, resultando - e ao mesmo tempo fazendo parte - da cultura”, uma vez que a natureza não pode ser vista como um dado independente da representação social (Castro, 2002: 123).

A compreensão básica do turismo como prática social é a de que abarca contextos de afastamento do que é familiar ao sujeito visitante, mobilizando processos de surpresa e estranhamento frente ao novo. Sendo assim, o turismo apresenta-se como um apropriador do estético, ou seja, das formas e conteúdo da paisagem cultural. Santos (2002: 103) indica que “a paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza”.

Dunas, mangues, estuários, são alguns dos ecossistemas presentes no território do Polo Turístico Costa do Delta, trazendo uma característica especial, considerando a pressão da ação de intervenção humana, eles transformaram-se, por vezes permitiram o crescimento e evolução do sistema social local, como no caso de Parnaíba com uma dependência histórica do rio Parnaíba, possibilitando que comunidades rurais e urbanas desenvolvessem relações mais ajustadas ao propósito do desenvolvimento (Bugalho *et.al.*, 2011; Fischer *et.al.*, 2012; Plieninger e Bieling, 2012).

Neste contexto, percebe-se que nos quatro municípios do polo turístico as comunidades tradicionais desenvolveram normas sociais, ou seja, coletivas e, também, comportamentos que ao longo dos séculos garantissem os recursos naturais, de forma compartilhada, para a subsistência e produção de artefactos manuais (Fischer *et al.*, 2012). Desta forma, o caráter da sustentabilidade no território manteve-se na região até o início dos anos 1990, dando espaço, a partir de então, para outros modos de fazer, mais industrializados, padronizados e de grande escala, como a criação de crustáceos, peixes, caprinos, ovinos, bovinos e equinos, ao mesmo tempo em que mantém práticas extrativistas.

Assim compreende-se que as paisagens culturais do litoral piauiense dependem diretamente do uso humano do espaço (Halada *et al.*, 2011). Portanto, com o advento do turismo na região outras formas de manipular o território surgiram, como a fragmentação e descontinuidade, através de empreendimentos imobiliários, hoteleiros e, também, a transformação do espaço natural e/ou real em espaço turístico (Boullón, 2006; Plieninger e Bieling, 2012). Além das questões do uso do território pela pressão do capital, a cultura local assimilou elementos até então desconhecidos ou ignorados, como estrangeirismos na linguagem, adaptação do artesanato ao mercado externo, assim como mudanças nos hábitos de vida.

³ Rota das Emoções é um roteiro integrado, que abarca três estados do Nordeste brasileiro, Ceará, Piauí e Maranhão, resultado do Projeto Rede de Cooperação Técnica para a Roteirização - 1ª Edição, implementado pelo SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e Ministério do Turismo.

Tendo em vista o avanço do interesse do capital sobre o território, há necessidade de uma gestão territorial mais próxima do sistema social tradicional, ou seja, aquele que vigorava e contemplava o conjunto de necessidades da população autóctone e meio ambiente, não só dos empreendimentos turísticos e visitantes.

No turismo, não diferentemente de algumas outras atividades econômicas, em muitos casos, o consumo do espaço segue o modelo capitalista associado à expropriação da terra. Disfarçadamente os grupos de interesse, principalmente aqueles que integram segmentos beneficiários direto do turismo, usam o espaço condicionando-o aos valores econômicos, tangenciando as populações locais e alijando-as do direito de participar do desenvolvimento econômico do lugar.

Corrêa (2000: 72) relaciona o espaço com a sociedade, afirmando que a organização espacial dos lugares implica no futuro dessa própria sociedade, ou seja, na reprodução social, numa época de crescente urbanização da humanidade “a organização espacial não é somente um reflexo da sociedade, pois ao ser um reflexo passa a ser simultaneamente uma condição para o futuro da sociedade, isto é, a reprodução social. Este papel assume enorme importância devido à crescente acumulação de formas espaciais que o capitalismo contemporâneo cria exemplificada com a progressiva urbanização da humanidade”.

A atividade turística caracteriza-se pela multidisciplinaridade, delineando um possível desenvolvimento multifacetado e polissêmico, apropriando-se do estético, da paisagem, impondo regras às transformações do espaço, aos fluxos turísticos e permitindo a mercantilização. Santos (1988: 69), determina que “as formas não nascem apenas das possibilidades técnicas de uma época, mas dependem, também, das condições econômicas, políticas, culturais. Desvendar essa dinâmica social é fundamental, as paisagens nos restituem todo um cabedal histórico de técnicas, cuja era revela; mas ela não mostra todos os dados, que nem sempre são visíveis”.

Portanto, percebe-se que o turismo é um “agente” dinamizador da economia e do ambiente em muitas comunidades. Mas, é capaz de produzir a desterritorialização e a reterritorialização (Haesbaert, 2004), gerando configurações do espaço novas, descontínuas e, por vezes, permanentes.

No processo de apropriação do estético, o turismo mal planejado e de massa rende a população local às tentações econômicas e expropria seus

territórios, renegando-os a espaços menos favorecidos economicamente.

Considerando os aspetos perturbadores do turismo, no caso do Polo Costa do Delta, compreende-se que o processo de expropriação da terra conta com a negligência do Estado. Santos (2001) explica que na dinâmica de privatização de territórios surge a dominação do capital, objetivando a adaptação e reordenamento territorial às necessidades de empreendedores imobiliários que investem para modificar a geografia das regiões escolhidas. Desta forma, as políticas públicas unem-se aos anseios da iniciativa privada na instalação de infraestrutura turística nos destinos recetores, promovendo mudanças intensas no contexto socioespacial.

Portanto, no caso da atividade turística, a produção do espaço está diretamente ligada à reprodução do capital, ritmando as relações estabelecidas entre os operadores (produtores) turísticos e os consumidores (turistas).

Paisagem cultural da rota das emoções: analisando o Polo Turístico Costa do Delta - resultados da pesquisa

Regiões de planejamento territorial do Estado do Piauí: polos turísticos

O planejamento territorial, quando se observa o setor turístico, por iniciativa do governo do Estado do Piauí é praticamente inexistente, pois apenas se ampara nos planos da gestão federal. Desta forma, destacam-se planos e projetos para a gestão do território piauiense, fundamentalmente, a porção norte do território que compreende o objeto de estudo.

Entre os programas federais de incentivo e incremento do turismo na região norte do Piauí, os mais efetivos foram o Programa de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR-NE I e II e também um subproduto do PRODETUR intitulado Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDITS.

Segundo o Relatório de Avaliação Ambiental Estratégica da Região Costa Norte (s/d), de todos os planos e projetos que incidem na Costa Norte, o PRODETUR é o mais importante, devido o volume de recursos e o caráter do programa. Pois, além de contemplar um plano de gestão estadual e municipal do turismo, influenciado pela preocupação da gestão ambiental no âmbito do estado, é resultado do

Quadro I
Polos Turísticos na Rota das Emoções

Polos	Municípios do Polo	Municípios da Área de Planejamento
Ceará Polo Costa do Sol	Fortaleza, Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraíçaba, Trairi e Itapipoca, Aquiraz, Cruz, Itarema, Amontada, Acaraú, Jijoca de Jericoacoara, Camocim, Barroquinha, Chaval, Granja e Viçosa do Ceará	Fortaleza, Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraíçaba, Trairi, Itapipoca, Aquiraz, Jijoca de Jericoacoara e Camocim
Piauí Polo Costa do Delta	Teresina, Parnaíba, Ilha Grande, Luís Correia e Cajueiro da Praia	
Maranhão Polo São Luís e Entorno	Polo 1 - Histórico-cultural: São Luís, Alcântara, Raposa, Paço do Lumiar e São José de Ribamar Polo 2 - Lençóis Maranhenses: Humberto de Campos, Primeira Cruz, Santo Amaro e Barreirinhas Polo 3 - Delta do Parnaíba: Paulino Neves, Tutóia, Água Doce e Araíoses	

Fonte: Adaptado de LIMA/COPPE/UFRJ com base em dados do Mtur, 2006.

desenvolvimento de um programa de âmbito nacional. Já o PDITS é o instrumento técnico de planejamento, gerenciamento, coordenação e execução das decisões de investimento de longo prazo nos polos de turismo constantes no PRODETUR.

Neste programa a instituição executora é o Banco do Nordeste, porém na segunda fase (PRODETUR-NE II) a elaboração e execução do PDITS fica a cargo do governo estadual, através, geralmente, das secretarias de turismo e/ou outras secretarias e órgãos do estado. O PDITS tem previsto no processo de planejamento e execução a revisão bianual, compreendendo a dinâmica do território e do turismo.

Para financiar o programa, escolheu-se como principal fonte de recursos ao PDITS o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o qual disponibilizou, via sistema de empréstimo, US\$400 milhões, sendo que 60% por empréstimo e 40% na forma de

contrapartida nacional: governos federal, estadual e municipal.

No entanto, para gerir melhor a execução e gestão de recursos, assim como para mensurar os resultados, elaboraram-se PDITS para os polos dos estados partícipes da Costa Norte - Piauí, Maranhão e Ceará (Quadro I).

É dessa forma que a gestão do território de interesse turístico (Figura 3) acontece no Piauí, ou seja, a iniciativa do governo federal conjugado com recursos externos ao Estado é que determinam como ocorrerão os investimentos e intervenções, cabendo ao Estado apenas indicar, quando lhe é permitido, as áreas de interesse.

Sendo assim, o mapa do turismo no Piauí define-se com base na categorização dos municípios da Regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro (Portaria nº144/2015), o qual é um instrumento de

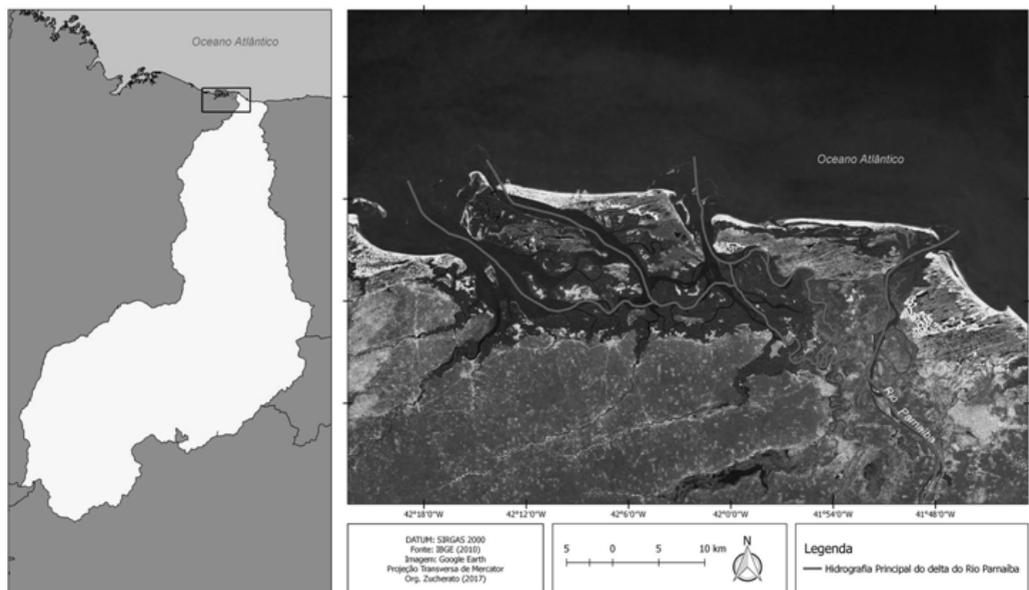


Figura 3
Área de Interesse Turístico: Delta do Parnaíba e Litoral do Piauí
Fonte: Elaboração própria, 2017.

identificação do desempenho econômico do setor nos municípios que constam no Mapa do Turismo Brasileiro (Portaria nº172/2016).

Para o Ministério do Turismo (2016), a categorização respeita as peculiaridades dos municípios e serve para: otimizar a distribuição de recursos, orientar a elaboração de políticas específicas para cada categoria de municípios, aperfeiçoar a gestão pública, na medida em que fornece aos gestores do Ministério e dos Estados mais um instrumento para subsidiar a tomada de decisão, auxilia na atualização do Mapa do Turismo brasileiro feita periodicamente e auxilia na reflexão sobre o papel de cada município no processo de desenvolvimento regional.

A metodologia para a categorização dos municípios utilizada pelo Ministério do Turismo do Brasil considera a amplitude do universo dos municípios brasileiros, porém, a partir de uma análise quantitativa, com base em dados secundários disponíveis pelo próprio Ministério do Turismo, obtendo pela análise de cluster (ou de agrupamento) as referências categóricas.

Desta forma, definem-se os 65 destinos considerados pelo Ministério do Turismo como indutores do turismo regional, os quais foram categorizados para receber investimentos técnicos com base no critério de existência de roteiros que possuíssem infraestrutura turística básica e com atrativos qualificados que fossem capazes de atrair e distribuir o fluxo e benefícios das atividades turísticas e as correlatas com as cidades do entorno.

Portanto, no Polo Costa do Delta a cidade considerada indutora do turismo regional é Parnaíba, tendo em vista características específicas definidas pela geografia, fluxo turístico e infraestrutura.

Características físicas e naturais do Polo Turístico Costa do Delta

As características do litoral do Estado do Piauí, principalmente no que tange o relevo, geologia e

clima, são muito similares as dos estados vizinhos Maranhão e o extremo noroeste do Ceará. Porém, mas algumas diferenças podem ser apontadas na descrição do território.

Em relação ao relevo e geologia, no litoral piauiense, a pressão que a expansão urbana causa sobre os ambientes costeiros, assim como as atividades de mineração proporcionam profundas transformações, evidenciando os seguintes impactos no meio ambiente:

- i) Modificação da paisagem por ação antrópica, fundamentalmente a movimentação de dunas, as quais com a ação dos ventos e intervenção do homem no ambiente, invadem estradas e casas em diversas localidades, como: Praia de Macapá (Luís Correia), Lagoa do Portinho (Parnaíba), além da perda de vegetação nativa (Figura 4).
- ii) Degradação de áreas pela mineração que causam negativo impacto visual, prejudicando o turismo local.
- iii) Processo de desertificação e aumento de erosão eólica e marinha através da remoção de vegetação nativa: restinga, além da poluição (lixo) nas praias.

Já quando se analisa os recursos hídricos, o litoral do Piauí detém um dos principais rios do nordeste brasileiro, o rio Parnaíba, que origina o Delta do Parnaíba, o único delta em mar aberto das américas. Mesmo privilegiado pelos abundantes cursos de rio, mar e lagoas, atividades que valem-se desses recursos, em sua grande maioria, causam danos e outros impactos aos ambientes, condenando o território a escassez cada vez maior dessa oferta natural.

Pode-se elencar como atividades de maior impacto para o ambiente natural as 13 fazendas de carnicultura⁴ (800ha), coleta indiscriminada de caranguejo, coleta de camarão e mariscos em ambiente natural, além de outras atividades de menor impacto, mas que em conjunto com as já citadas formam uma força destrutiva significativa para o



Figura 4
Movimentação das dunas - Praia de Macapá e Lagoa do Portinho (PI)
Fonte: Domínio Público (Wikimedia Commons), 2016.

⁴ Carnicicultura é a técnica de criação de camarões em viveiros.



Figura 5
Impactos ambientais aos recursos hídricos do litoral do Piauí
Fonte: Domínio Público (Wikimedia Commons), 2016.

ambiente, a qual apresenta os seguintes impactos: diminuição de recursos estuarinos devido a pesca predatória, poluição causada por resíduos e efluentes sanitários, redução do volume de água de lagoas e assoreamento dos rios, prejudicando, principalmente, a navegação (Figura 5).

Os principais ecossistemas existentes no Piauí, às vezes referidos, na literatura específica, como biomas, tendo em vista que a eles associam-se um tipo de clima e um tipo de vegetação de predominância, no caso específico a Caatinga, o Cerrado e as Áreas de Transição (conhecidos como Ecótonos). Desta forma, a caatinga está associada ao clima semiárido, o cerrado ao tropical subúmido e as áreas de transição correspondem ao encontro dos climas do semiáridos de leste e tropicais subúmidos de oeste (Castro, 2003).

Na região do litoral (Baixo Parnaíba) predominam a Floresta Semidecídua ou Mista e a vegetação litorânea. A floresta mista aparece nos trechos do médio e baixo Parnaíba, regiões mais influenciadas pela umidade, apresentando estrutura complexa, pois além das espécies semidecíduais como as matas fluviais megatérmicas, hidrófilas, também há palmáceas, especificamente o tucum, buriti, babaçu e carnaúba (Figura 6).

Sendo assim, a vegetação litorânea, diferentemente da floresta mista, encontra-se apenas nos 66 Km de costa, fronteira com o Oceano Atlântico, composta por: paisagens de restinga que vão das dunas aos campos herbáceos, abertos ou fechados com fruticetos inundáveis a não inundáveis e matas com porte médio a elevado; mangues do solo pantanoso; praias arenosas; vegetação de dunas e palmeiras, no caso coqueiros e carnaubais (Castro, 2003).

Unidades de paisagem

Aproveitando-se da metodologia e conhecimento explicitado no documento Mapa de Áreas de Proteção Econômica e Proteção Ambiental - Produto 5 (2013: 65), compreende-se que, geralmente, três métodos são utilizados para identificação das unidades de paisagem cultural (analítico, sintético e misto), sendo que no documento supracitado o método definido foi o misto, pois considerou-se “que inclui técnicas de reconhecimento de áreas homogêneas do ponto de vista geográfico e de identificação de descontinuidades paisagísticas relevantes (sintético) e as de superposição de cartas/camadas (mapas temáticos) e delimitação de áreas gerais e posterior



Figura 6
Vegetação do baixo Parnaíba
Fonte: Domínio Público (Morguefile), 2016.

integração, de forma visual e quantitativa”. Tais metodologias de identificação foram utilizadas no planejamento territorial de alguns países, dentre eles: Austrália nos anos 1950-60 (CSIRO), pela FAO em 1976 na análise dos recursos territoriais dos países subdesenvolvidos, e pelos adeptos da escola do Landscape Ecology de Troll (1966), representantes do método sintético; e por McHarg (1969), Van Esteweld y Antrop (2004) na Bélgica, e Sabaté (2000) na Espanha, utilizadores do método analítico.

A unidade de paisagem, que resulta dos métodos citados, tende a ser a de um misto de paisagens com unidades únicas, que destacam a especificidade da associação, detalhes geográficos (ecossistemas e formações vegetais), que associam-se com paisagens de unidades de caráter geral, realçando características de predominância.

Ao realizar um levantamento documental, a presente pesquisa, identificou alguns trabalhos já desenvolvidos sobre o Piauí, percebendo que as unidades de paisagem descritas serviriam como orientação para análises de condicionantes ambientais. São eles: ZEE - Zoneamento Ecológico-econômico do Estado do Piauí (SEMAR, 2012, p.144) e cartas de aptidão do uso da terra desenvolvidas pela EMBRAPA.

Desta forma, extraiu-se dados e informações para subsidiar as análises da paisagem cultural da planície litorânea, a qual tem em seu território todos os municípios componentes do Polo turístico Costa do Delta.

Considera-se que a paisagem cultural é um espaço delimitado geograficamente e associado a eventos, atividades, personagens, história da vida de relações que a originou, assumindo valores estéticos e culturais (Sabaté, 2004).

Paisagem cultural da planície litorânea: 66 quilômetros de litoral

O Polo Costa do Delta detém valores histórico-culturais e naturais fundamentais para a identidade do piauiense, dentre os quais o conjunto histórico-arquitetônico Porto das Barcas (Figura 8), antigo porto para escoar a produção agropecuarista, o próprio delta do rio Parnaíba - saída para o Oceano Atlântico - o peixe-boi em Cajueiro da Praia, entre outros. A dinâmica da região é ditada pela influência da cidade de Parnaíba, abrangendo onze municípios piauienses e alguns do Maranhão e Ceará, porém, considerando somente o território do norte do Piauí, a cidade é sede das relações econômicas e sociais regionais abarcando, neste contexto, uma população

de aproximadamente 280 mil pessoas - soma da população dos municípios influenciados por Parnaíba (IBGE, 2010). Na última década o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística detetou, através dos censos, que a região norte do estado cresceu, em população, uma média de 1.38%, representando em Parnaíba um acréscimo próximo a 13 mil pessoas, em Luís Correia algo em torno de 4 mil habitantes e em Cajueiro da Praia pouco mais de mil residentes.

Com o aumento populacional é perceptível o impacto no ambiente da região, principalmente na paisagem entre as zonas urbanas e rurais, onde cresceram o número de loteamentos e condomínios. Considerando que os quatro municípios do polo turístico têm seus territórios costeiros pertencentes a APA do Delta do Parnaíba e RESEX do Delta do Parnaíba - Unidades de Conservação Federal - (Figura 7), a pressão sobre o ambiente faz dos ecossistemas locais mais sensíveis a influência humana. Manguezais, restingas e dunas, as quais são de interesse crescente à atividade turística sofrem com o manejo inadequado proporcionado pelas populações locais, visitantes e *trade* turístico.

As exigências legais impostas pelas unidades de conservação, se observadas pelas gestões municipais, podem transformar-se em benefícios econômicos, sociais e culturais, fortalecendo a economia regional e o turismo. Pois, a presença de inúmeras lagoas, mangues, apicuns e dunas constituem-se em elementos fundamentais e que caracterizam e individualizam a região litorânea do Piauí. Desta forma, conservar e preservar os ecossistemas e as atividades tradicionais ligadas ao extrativismo, desde que controlado nos parâmetros da legislação vigente, apresenta-se como condição primária à identidade e desenvolvimento do território.

Atividades ligadas a agricultura, carnicultura e pecuária, que num primeiro momento não são consideradas estratégicas ao desenvolvimento do turismo, são fundamentais à dinâmica econômica regional, mesmo na forma atual que são realizadas, pois ainda mantém um grande potencial de destruição de vegetação nativa, poluição de rejeitos, entre outros impactos. Porém, todas as influências negativas podem ser minimizadas e compensadas, permitindo que atividades do ambiente rural, ao moldarem-se às necessidades e desejos dos turistas, possam participar do rol de produtos e serviços conectados a cadeia do turismo (Figura 8). Nesta perspectiva, as instalações hidráulicas de irrigação dos Tabuleiros Litorâneos, onde hoje contrastam com a baixa produção agrícola, seriam a grande facilitadora no desenvolver a fruticultura e produção de hortaliças.

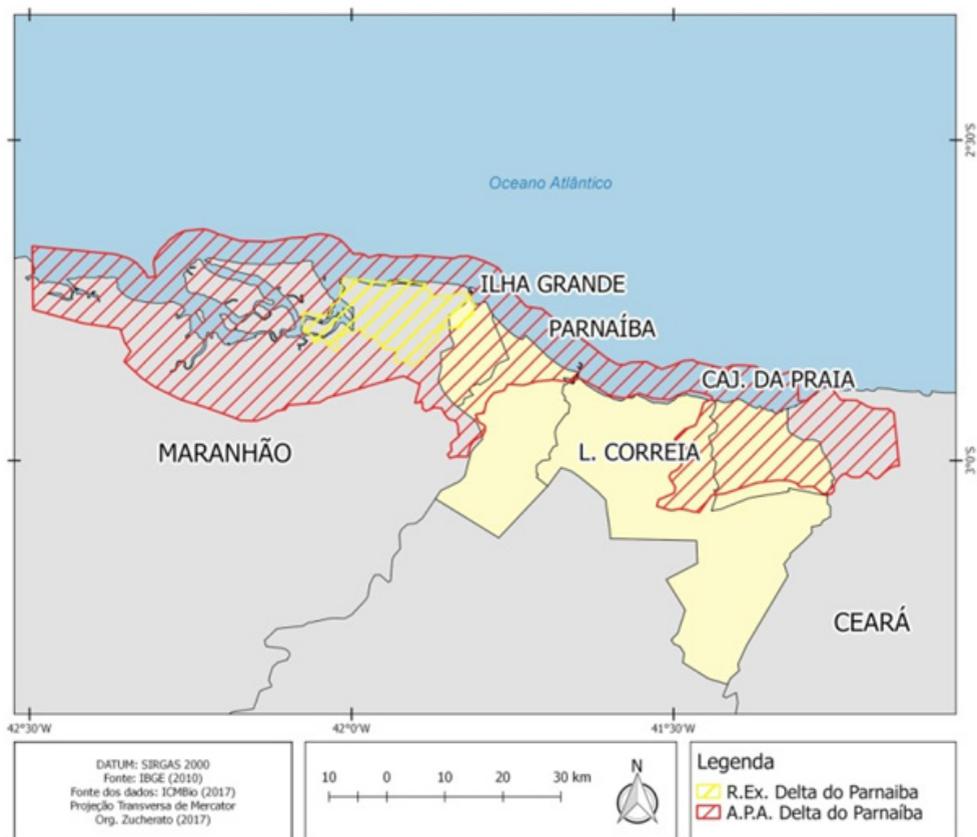


Figura 7
Delimitação da APA e RESEX do Delta do Parnaíba
Fonte: Elaboração Própria/ BIOMAD, 2016.

Práticas extractivistas como a coleta do caranguejo e a pesca, as quais são atividades econômicas tradicionais, mesmo num espaço limitado como o litoral do Piauí, também possibilitariam a interação entre turistas e comunidade tradicional, proporcionando experiências e conscientização sobre os ecossistemas locais.

Mesmo com toda a diversidade de recursos e beleza cênica, algumas questões relevantes encontram-se constantemente na pauta dos debates, audiências públicas e discursos de gestores públicos

locais, como: a necessidade da ampliação e fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais, não só das atividades tradicionais ligadas ao extrativismo e agricultura, mas também do artesanato e turismo; a preocupação com a perpetuação dos modos de fazer das atividades econômicas tradicionais, principalmente às que vinculam-se a cadeia do turismo; Preservação do patrimônio histórico-cultural da cidade de Parnaíba e zona portuária.

No âmbito do meio ambiente natural também afloram preocupações com questões ligadas a valori-



Figura 8
Porto das Barcas, Lagoa do Portinho e Tabuleiros Litorâneos
Fonte: Domínio Público (Wikimedia Commons), 2016.

zação da APA e RESEX do Delta do Parnaíba, devido a relevância biológica; e proteção de ecossistemas locais, como: as lagoas, dunas, mangues, salgados e apicuns que ainda mantém-se apesar da crescente pressão do crescimento urbano dos municípios de Ilha Grande, Parnaíba, Luís Correia e Cajueiro da Praia.

Turismo e impacto ambiental: a relação conflituosa no território

O turismo na região do Polo Costa do Delta, mesmo sem dados oficiais contínuos, percebe-se (Figura 9) que vem gradualmente crescendo, tendo em vista o aumento do número de estabelecimentos de hospedagem, restauração e entretenimento, no qual o gráfico representa, na visão de 90,7% dos residentes (n=348), que o fluxo turístico é crescente. O desenvolvimento mais intenso, principalmente na costa do Piauí, de um modo geral, atrai duas dinâmicas de pressão sobre o meio ambiente: a expansão da infraestrutura básica, de apoio e turística e o aumento de moradias de primeira e segunda residência. Segundo Cravidão (1989) conhecer os tipos de residência secundária traz um grande desafio no planejamento do território, pois, para a autora, as habitações secundárias podem, tipologicamente, compreender: residências legais e clandestinas, residências do litoral e do interior, residências de fim-de-semana, residência de férias, antigas propriedades familiares e residência de investimento imobiliário e de aluguel. Mesmo esta tipologia sendo desenvolvida para a realidade portuguesa, muito vale para o entendimento da dinâmica do turismo de segunda residência no território em estudo.

As expansões de infraestrutura e moradia traz, naturalmente, um aumento da população residente e flutuante que, caso ocorra em curtos períodos de

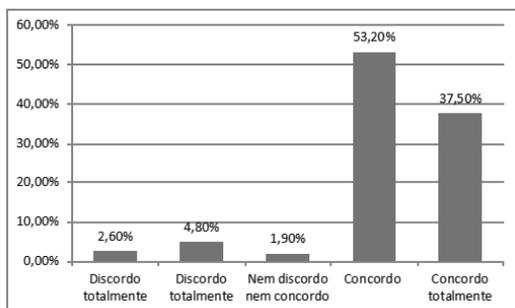


Figura 9

Visão dos residentes: nos últimos anos percebe-se o aumento do fluxo turístico?

Fonte: Elaboração própria, 2017.

tempo, sem proporcionar o prazo adequado para o planejamento e preparação do território, permite o desordenado crescimento, marcando a paisagem local, seja na concepção paisagística, ambiental, urbanística ou social. A “desordem” evidencia-se na vontade e iniciativa do setor privado e, também, no carácter permissivo e omissivo da gestão pública municipal, tal fenómeno ocorre em diversos destinos turísticos no mundo, porém é recorrente em todo o litoral brasileiro.

Pode-se elencar as principais pressões ambientais no litoral piauiense, provenientes do crescimento urbano desordenado e do turismo, destacando-se: o aumento populacional, crescimento da especulação imobiliária, ocupações irregulares, aumento da disputa pelos recursos naturais e serviços essenciais (água, gás, luz, coleta de lixo), aumento do tráfego de veículos e número de acidentes, cresce a demanda por recursos sociais (saúde, educação, segurança e limpeza pública), entre outras.

Em outros municípios do litoral brasileiro, considerados destinos turísticos consolidados, como Rio de Janeiro e Florianópolis, a omissão do poder público fez dos impactos negativos incipientes à evolução de pressões ambientais maiores e com maiores custos de reversão ao erário público, algo em eminência no território Polo Costa do Delta, pois já se percebe poluição dos recursos hídricos, fundamentalmente cursos de água, devido ao despejo de efluentes sanitários não tratados; poluição do solo, ar e lençol freático tendo em vista o aumento dos resíduos sólidos dispostos em lixões; aceleração da erosão do solo e redução da biodiversidade local.

Outras dinâmicas tendem a surgir com a alteração da paisagem e influência dos impactos no meio ambiente. Em relação aos recursos sociais e ao modo de vida local, com as transformações ambientais as comunidades buscam meios de adaptação e, por vezes, de contestação do modelo de desenvolvimento, tendo em vista a percepção de que o aumento do fluxo de pessoas e de residentes traz a descaracterização da cultura local. Porém, na visão de (Grünwald, 2003), as mudanças culturais não podem ser vistas como impuras ou poluídas, mas como resultado da interação, reações aos grupos partícipes da dinâmica social do turismo, que geram novas formas de perceber o mundo. A população residente mostra-se preocupada e descrente com o turismo na forma como se apresenta na atualidade (Figura 10), pois, altera os modos de vida e, também, agravam-se influências negativas à vida social, como: deslocamento e marginalização de populações (desterritorialização e reterritorialização) e problemas sociais

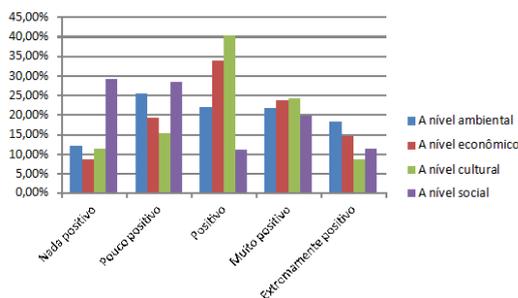


Figura 10
Em que medida consideras o turismo como algo positivo?
Fonte: Elaboração própria, 2017.

(violência, prostituição, etc.) - Figura 11. Assim, os (40,3%, n=155) e na econômica (33,8%, n=130), porém percebe que as atividades concernentes ao turismo impactam negativamente (nada positivo e pouco positivo) no ambiente social (57,6%, n=221).

Ruschmann (1997) relata que no litoral, principalmente nas praias, a densificação humana e a concentração sazonal provocam a poluição das águas e o acúmulo de detritos deixados nas areias. (...) Todas essas, e muitas outras alterações são visíveis, porém dificilmente mensuráveis.

Compatibilizar as atividades turísticas com as necessidades da população autóctone não é das tarefas mais fáceis para o gestor do território, tendo em vista a percepção do impacto (Quadro II).

Porém faz-se primaz à garantia da qualidade dos recursos, da paisagem cultural e, fundamental-

mente, das características do lugar turístico a gestão territorial que minimize os impactos negativos das atividades concernentes ao turismo, conservando as características da paisagem do território, assim como adote estratégias e ferramentas eficientes para maximizar as potencialidades e recursos em prol do turismo e do bem-estar da população local e dos visitantes.

Compatibilidade ambiental/econômica da macrorregião do litoral

As restrições que a região do litoral do Piauí apresenta relacionam-se aos recursos naturais. Considerando que o setor de serviços é dominante na composição do PIB local (IBGE, 2010) as transformações percebidas ocorrem em todo o território (Figura 12), porém impactam primordialmente recursos como Água e a biodiversidade, pois variáveis ambientais como o clima são amplamente favoráveis as atividades econômicas, principalmente ao turismo.

A compatibilidade entre meio ambiente e economia regional é dinamizada pelas restrições e riscos ambientais ao território litorâneo, pois abriga diversificados ecossistemas específicos que interagem entre si, tornando a ocupação humana mais impactante.

Em relação ao relevo/solo, o segmento do turismo provoca transformações no território, perceptível quando se observa a expansão urbana e de



Figura 11
Impactos negativos do turismo de massa nos municípios do Polo Costa do Delta
Fonte: Domínio Público (Morguefile), 2016.

Quadro II
Influências do turismo no território: percepções da população autóctone

Influência do Turismo				
Categorias	Água	Terra	Clima	Comunidade
Ambiental	Falta na alta temporada/ Poluição	Desmatamento/ Extração irregular de areia	Aumento da temperatura	Sofre com erosão e avanço das dunas e areais
Econômica	Redução do tempo de permanência do turista.	Especulação imobiliária	-	Desigualdade/ Expropriação de propriedade
Cultural	Uso racional	Novos usos	-	Modo de vida/ tradições
Social	Responsabilidade individual/ compartilhamento do recurso hídrico	Exclusão	-	Perda de identidade

Fonte: Elaboração própria, 2017.



Figura 12

Falta de água e verticalização das moradias

Fonte: Domínio Público (*Morguefile*), 2016.

atividades correlatas ao turismo, sobretudo o aumento do mercado imobiliário de segunda residência. Esse movimento de expansão escasseia as áreas próprias para serem ocupadas, desencadeando problemas mais graves socialmente, economicamente e ambiental-mente, como: a ocupação de áreas alagadas, várzeas, mangues e dunas; retirada de terra de determinados lugares, por vezes, de espaços protegidos por lei, para o uso como aterro; verticalização das moradias e impermeabilização do solo e obstrução de áreas de movimentação de dunas (CEPRO, 2013).

O impacto sobre a reserva de água é mais visível, e se não controlado, no que tange ao elevado consumo sazonal, traz, em tempos de férias, colapsos no abastecimento e prejuízos à qualidade da oferta.

O Quadro III demonstra a relação entre as atividades econômicas no litoral do Piauí e a relevância do impacto sobre o ambiente que proporcionam, sendo assim percebe-se que o setor mineral, no que concerne a extração de petróleo e gás, ainda é inexistente, exceto a exploração de areia, argila e seixo⁵, sendo o turismo considerado uma ameaça apenas para o bioma local.

As atividades turísticas denominam, no presente momento, as maiores preocupações com o ambiente local, pois considera-se que há ligação entre o aumento do interesse do setor imobiliário pela região e o aumento do fluxo de turistas. Todavia, quando se analisa o impacto ao relevo/solo identifica-se pontos específicos, como a extração de areia das dunas e praias para a construção civil e desmatamento de mata ciliar⁶ nas margens de rios e nascentes, se o poder público atentar-se, reversíveis. Já em relação a água, o aumento do consumo ocorre somente em períodos de férias, o qual traz a toda alta temporada o colapso no abastecimento, tendo em vista a má dimensionalidade da infraestrutura pela empresa responsável e governo local. O impacto mais notório do turismo se dá na forma de ocupação

do espaço territorial, o qual sofre com a perda de vegetação nativa, sendo, no litoral, a principal perda a de áreas de restinga.

Aptidão do pólo turístico Costa do Delta para o turismo na rota das emoções

De acordo com o Ministério do Turismo (2016), o turismo na região nordeste do Brasil vem ao longo dos últimos dez anos crescendo mais do que o de outras regiões do país. Segundo a pesquisa Sondagem do Consumidor/Mtur (2016), o nordeste brasileiro concentra 41% da preferência de viagem, destes uma pequena parte indica o Piauí como destino turístico.

Entre os estados do Maranhão, Piauí e Ceará, o Piauí apresenta, atualmente, a mais baixa procura, a qual justifica-se revela-se na pouca exposição do estado no mercado turístico e um único voo interestadual com possibilidade de conexão com destinos estrangeiros. Porém, o fluxo turístico ao litoral é crescente, mas sazonal por concentrar-se em determinados períodos do ano, ocorrendo no sentido interior - litoral e em menor dimensão de estado para estado (Figura 13).

As condições necessárias ao desenvolvimento do turismo no Polo Costa do Delta já existem, no entanto o setor esbarra na burocracia, inação estatal, falta de planejamento do setor e, consequentemente, poucos dados confiáveis, forte participação de mercado dos estados vizinhos Ceará e Maranhão, relegando ao litoral piauiense preferência secundária. Nesta questão, em específico, uma das razões pelas quais a preferência se dá pelos estados vizinhos é o acesso aos atrativos turísticos, principalmente os da Rota das Emoções (Figura 14).

Sendo assim, o potencial turístico do Polo Costa do Delta firma-se na diversidade de ecossistemas no pequeno território de 66 Km, com destaque ao Delta do Rio Parnaíba. Nesta pequena extensão territorial todos os municípios foram agraciados pela natureza

⁵ Pequena pedra muito utilizada na formação do concreto.

⁶ É a vegetação ripícola presente em locais (espaços) próximos a corpos da água.

Quadro III

Compatibilidade entre os segmentos econômicos e recursos ambientais: Branco (neutro), Azul (Muito compatível), Amarelo (Compatível), Vermelho (Pouco compatível)

Relevo - Solo	Clima	Água	Bioma (Vegetação)
Turismo	Turismo	Turismo	Turismo (Lazer)
Industria Extrativa Mineral*	Industria Extrativa Mineral	Industria Extrativa Mineral*	Industria Extrativa Mineral
Petróleo e Gás	Petróleo e Gás	Petróleo e Gás	Petróleo e Gás
Energias Renováveis	Energias Renováveis	Energias Renováveis (biomassa)	Energias Renováveis (biomassa)
Agronegócio	Agronegócio	Agronegócio (agr. Irrig)	Agronegócio
Infraestrutura	Infraestrutura	Infraestrutura (portuária)	Infraestrutura (hidrov. e portuária)
Educação e Cultura	Educação e Cultura	Educação e Cultura	Educação e Cultura
Ciência, Tecnologia e Inovação			
APLs	APLs	APLs	APLs (pesca/carnicultura)

Fonte: ZEE/CEPRO, 2013.

com recursos naturais aptos ao desenvolvimento de produtos turísticos (Figura 15).

A dinâmica socioeconômica do turismo no Polo Costa do Delta caracteriza-se, dentre outros aspectos, pelo fluxo de turistas que se deslocam na chamada zona de trânsito⁷, a qual é percebida como o espaço geográfico que mostra-se de grande relevância em relação às atividades econômicas concernentes ao turismo, pois a área de abrangência do polo abarca municípios que detém atrativos que tendem a ser compreendidos como complementares na perspectiva de formatação de produtos turísticos, da operacionalização de rotas e roteiros e da comercialização.

O efeito multiplicador do turismo na região induz, em parte, o surgimento de novos empreendimentos e atividades, ao todo são aproximadamente 68 empreendimentos no setor de hospedagem, 80 estabelecimentos de restauração e 17 agências de viagem, porém ainda não apresenta uma distribuição e circulação da renda mais ampla e menos desigual. A arrecadação de imposto, o qual pode significar os benefícios econômicos, nessa área de influência podem ser verificados através da conta ISSQN - Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza das prefeituras da zona de trânsito (Figura 16), pois incide diretamente no desenvolvimento das atividades turísticas que promovem a perpetuidade das produções locais em artesanato, gastronomia, entre outras, criando um mercado para a produção local.

⁷ No caso da rota das emoções, as zonas de trânsito localizam-se entre os municípios de Jijoca de Jericoacoara e Parnaíba (pela extremidade leste da rota) e Parnaíba e Barreirinha (pela extremidade oeste).

Verificar a amplitude da distribuição dos benefícios do crescimento econômico regional, no Polo Costa do Delta, não se mostra tarefa fácil, tendo em vista a falta de dados estatísticos do ambiente social e econômico da região. Mesmo com tais dificuldades, algumas informações surgem de algumas iniciativas, como as da Fundação CEPRO, as quais apresentam, com certa defasagem temporal, dados estatísticos sobre educação, turismo, saúde, segurança e demonstram, a partir de dados quantitativos, o crescimento regional do turismo.

Sendo assim, a aptidão para o desenvolvimento do turismo no território Polo Costa do Delta se dá pelo reconhecimento da amplitude e diversidade dos recursos naturais e sua singularidade, pela crescente capacidade de atração de investimentos e pela melhoria incipiente do acesso aos municípios do polo e atrativos turísticos. Nos últimos dois anos, a infraestrutura de apoio ao turismo apresentou melhoras com investimentos do governo brasileiro e do Estado do Piauí, atendendo a ampliação da pista de pouso e decolagem do Aeroporto Internacional Prefeito Dr. João Silva Filho (capacidade para 500 mil passageiros/ano, segundo a INFRAERO, 2016) e recomposição da capa asfáltica das BR's 343 e 402.

Conclusões

A paisagem cultural do território do Polo Turístico Costa do Delta mostrou-se de grande complexidade e variável de acordo com cada grupo de interesse. Para a população local, os aspectos que

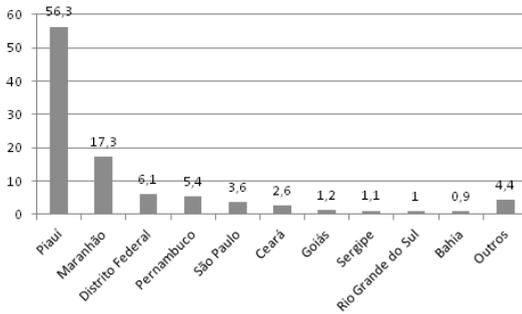


Figura 13
Turismo doméstico: pólos emissores
Fonte: FIPE/Ministério do Turismo, 2012.

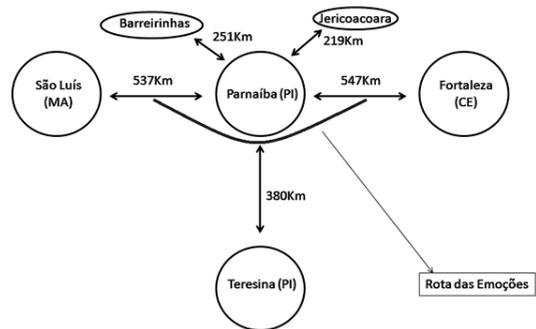


Figura 14
Distâncias regionais entre Parnaíba e pólos emissores
Fonte: Elaborado pelo autor com base no Guia Rodoviário Michelin, 2016.



Figura 15
Atrativos naturais do Pólo Costa do Delta
Fonte: Domínio Público (Wikimedia Commons), 2016.

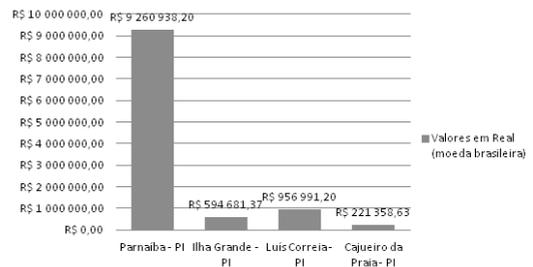


Figura 16
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza/ Ano de referência 2013
Fonte: Tesouro Nacional/Siconfi-contas anuais, 2015.

potencialmente tendem a pressionar o ambiente, mudando-o eventualmente, são as forças da natureza ligadas ao clima e a ação humana. Neste contexto, o turismo é percebido como um agente dinamizador do território, porém também um dos responsáveis pelas intervenções na paisagem.

O questionamento inicial que propunha a pesquisa de identificar as influências na paisagem cultural do Polo Turístico Costa do Delta a partir do contexto atual da Rota das Emoções, orientou os estudos encaminhando para as seguintes conclusões:

- i) as influências sobre a paisagem derivam dos interesses dos stakeholders e modelo de desenvolvimento turístico do Polo;
- ii) mesmo com a riqueza de diversidade dos recursos naturais, a paisagem cultural do Polo ainda não é, por si só, atrativo suficiente para mobilizar os turistas a entrarem na Rota das emoções por Parnaíba;
- iii) o aumento da intensidade do uso do território pelas atividades turísticas traz a possibilidade da perda de parte da identidade do território, tendo em vista o processo de adapta-

- ção e padronização dos espaços e dinâmica social impostos pela pressão do mercado;
- iv) mentalmente o municipal, reflete na inação como política pública presente no território, falta de planejamento, permitindo, assim, uma menor regulamentação e fiscalização das iniciativas do setor privado no turismo.
- v) o turismo no modelo de desenvolvimento existente é insuficiente para atender as demandas da população local no âmbito das suas necessidades e expectativas.

Sendo assim, as influências da Rota das Emoções, demandadas pelos interesses dos estados do Maranhão e Ceará, vizinhos ao Piauí, presentes no território Polo Turístico Costa do Delta, evidenciam-se na força do capital, o qual determina as políticas públicas e ações da iniciativa privada no que tange ao uso dos recursos naturais, dos espaços no território, e as dinâmicas sociais locais. Assim, com a pressão constante existente, os gestores locais, na visão da população autóctone, adotam iniciativas equivocadas, que ferem os interesses das comunidades tradicionais e privilegiam o capital, fundamentalmente pela busca de protagonismo regional, tanto

em relação ao turismo, na recepção de visitantes, quanto na influência política.

Concluindo o raciocínio, enfatiza-se que a paisagem cultural nos municípios do Polo Turístico, apesar de diversa, tende a homogeneização pelo processo de urbanização dos espaços turísticos e naturais e, também, pela adoção de novos modos de vida pela população local, destinando a espaços mais longínquos e periféricos, como áreas específicas da unidade de conservação APA Delta do Parnaíba, o caráter da conservação da identidade local reconhecida pelas tradições culturais que associam os modos de fazer e saber popular.

Agradecimentos

Os agradecimentos estendem-se à CAPES - Proc. nº9984/13-5 pelo financiamento da pesquisa e ao Prof. Dr. Norberto Santos (Universidade de Coimbra) pelas orientações.

Bibliografia

- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA.
- Boullón, R. C. (2006). *Planificación del espacio turístico*. 4ª ed. México: Trillas.
- Bugalho, M. N.; Caldeira, M. C.; Pereira, J. S.; Aronson, J. & Pausas, J. G. (2011). Mediterranean cork oak savannas require human use to sustain biodiversity and ecosystem services. *Frontiers in Ecology and the Environment*.
- Brasil, Ministério do Turismo (2015). Portaria nº 205 de dezembro de 2015 - Estabelece critérios para a atualização do Mapa de Turismo Brasileiro, instituído pela Portaria nº313 de dezembro de 2013, e dá outras providências.
- Castro, I. E. (2002). Paisagem e Turismo. De estética, nostalgia e política. In: Eduardo Yázigi (org.), *Turismo e Paisagem*. São Paulo: Contexto. (Turismo Contexto).
- Castro, A. A. J. F. (2003). Survey of the vegetation in the State of Piauí. In: T. Gaiser, M. Krol, H. Frischkorn e J. C. Araújo (eds.), *Global change and regional impacts: water availability and vulnerability of ecosystems and society in the semiarid northeast of Brazil*. (pp. 117-123). Springer-Verlag, Nova Iorque.
- CEPRO (2013). *Piauí em números*.
- Corrêa, R. L. (2000). *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática.
- Cravidão, F. D. (1989). A residência secundária da burguesia de Coimbra - Projecto de Investigação, *Cadernos de Geografia*, 8, Coimbra.
- Faulkner B. & Tideswell C. (1997). A framework for monitoring community impacts of tourism. *Journal of Sustainable Tourism*, 5(1), 3-28.
- FIPE & Ministério do Turismo do Brasil (2012). Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil - 2010/2011. Relatório Executivo - Produto 6.
- Fischer, J.; Hartel, T. & Kuemmerle, T (2012). Conservation policy in traditional farming landscapes. *Conservation Letters*, 5, 167-175.
- Grünewald, R. (2003). Turismo e etnicidade. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, ano 9, n. 20, 141-159.
- Guia Rodoviário Michelin (2016). Acedido em 03 de novembro de 2016 em <https://www.viamichelin.pt/>
- Halada, L.; Evans, D.; Romão, C. & Petersen, J.-E. (2011). Which habitats of European importance depend on agricultural practices? *Biodiversity and Conservation*.
- Haesbaert, R. (2004). *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. Porto Alegre.
- Inskeep, E. (1987). Environmental planning for tourism. *Annals of Tourism Research*, 14(1), 118-135.
- Lakatos, E. M. & Marconi, M. A. (2007). *Fundamentos de metodologia científica*. 6.ed. 7. reimpr. São Paulo: Atlas.
- Luchiari, M. T. D. P. (2000). Turismo e meio ambiente na mitigação dos lugares. *Turismo e Análise*, v. 11, n. 1.
- Maia, S.; Martins, U & Baptista, M. (2011). Cultural tourism in the urban context. Museum routes - The cases of Aveiro and Ílhavo (Portugal). *Colloque International Nouveaux Musées, Nouvelles Êres Urbaines, Nouvelles Mobilités Touristiques*, Paris, 20 e 21 de janeiro
- Mapas de Áreas de Produção Econômica e de Proteção Ambiental (2013). Produto 5 - Piauí, Dezembro.
- Ministério do Turismo (s/d). *Avaliação ambiental estratégica do PRODETUR nacional no Estado do Piauí, Polo Costa do Delta e Polo Origens*.
- Ministério do Turismo do Brasil (2016). *Programa de regionalização do turismo: categorização dos municípios das regiões turísticas do mapa do turismo brasileiro*. Brasília.
- McHarg, I. L. (1969). *Design with nature*. American Museum of Natural History. First Edition.
- MTur. *Projeto de desenvolvimento sustentável do turismo da região do Parque Nacional Serra da Capivara*. Brasília. 2006.
- O'Hare, D. (1997). Interpreting the cultural landscape for tourism development. *Urban Design International*, 2(1), 33-54.

- Plieninger, T. & Bieling, C. (eds) (2012). *Resilience and the cultural landscape: understanding and managing change in humanshaped environments*. Cambridge University Press, Cambridge, UK.
- Ruschmann, D. (1997). *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. São Paulo: Papirus Editora.
- Sabaté, J. (2000). *El Corredor Sant Llorenç de Munt-Collserola*. Barcelona: Fundació Politècnica de Catalunya.
- Sabaté, J. (2004). De la preservación del patrimonio a la ordenación del paisaje. *Ambiente Digital*, 98, 1-10.
- Santos, G. E. O. (2016). *Cálculo amostral: calculadora on-line*. Acedido em 09 de julho de 2016 em <http://www.calculoamostral.vai.la>.
- Santos, M. (1988). *Metamorfose do espaço habitado: fundamentos e metodológicos da Geografia*. São Paulo: Hucitec.
- Santos, M. (2002). O espaço geográfico, um híbrido. In: *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. (Coleção Milton Santos, 01).
- Santos, M. & Silveira, M. L. O. (2001). *Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record.
- Swarbrooke, J. (2000). *Turismo: conceito e impacto ambiental*. São Paulo: Aleph.
- Tesouro Nacional Brasileiro (2015). *Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI*. Acedido em 02 de novembro de 2016 em <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>
- Troll, C. (1966). *Landscape ecology*. Publication S 4, ITC-UNESCO, Delft, The Netherlands.
- Van Eetvelde, V. & Antrop, M. (2004). Analyzing structural and functional changes of traditional landscapes—two examples from Southern France. *Landscape and Urban Planning*, 67, 79-95, Elsevier.
- Wearing, S. & Neil, J. (2000). *Ecoturismo: impactos potencialidades e possibilidades*. São Paulo: Manole.